



MINUTA DE PARECER

(Adequação Orçamentária)

Projeto de Lei Complementar n.º 158312274168, de 2004200455, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Pólo de Desenvolvimento de Araguaia e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado de AraguaiaEixoPólo de Desenvolvimento de Carajás Rodovia BR-319, no Estado do AmazonasBR-324 e da BR-116 e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Carajás Integrado da das BR-324 e da BR-116.”BR 319, nesse Estado”.

AUTOR: DeputadoSr. Carlos — SouzaZequinha
MarinhoZEQUINHA MARINHOFERNANDO DE FABINHO
RELATOR: Deputado PEDRO NOVAISVIGNATFábio
RamalhoPedro NovaisTI

I – RELATÓRIO

O A-Projeto de Lei Complementar nº 168, de 2004, posição sob análise autoriza o Poder Executivo a criar os EixoPólos de Desenvolvimento de Carajás, a Rodovia BR-319, no Estado do Amazonas, das BR-324 e da BR-116, com o objetivo de articular e harmonizar as ações administrativas desse Estado, da União, do Estado do Pará do Estado da Bahia e dos Municípios contemplados, conforme o previsto no inciso IX do art. 21, no art. 43, e no inciso IV do art. 48 da Constituição Federal.

A área de abrangência compreende os municípios do Estado da Bahia, além dos municípios que vierem a ser constituídos a partir de seu desmembramento.

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

Autoriza, também, ~~O Poder Executivo também fica autorizado a a~~ -criar ~~ção~~ do ~~e~~ Conselho Administrativo, que coordenará as ações governamentais no âmbito dos ~~Eixo~~Pólos de Desenvolvimento de Carajás~~da BR-319~~BR-324 e da BR-116,- cujas ~~Suas~~ atribuições e composição serão definidas em regulamento, ~~a-~~ A, ~~assegurada da~~ a participação, nesse conselho, ~~-de~~ representantes: do Governo do Estado do AmazonasPará, ~~-ea~~ Bahia e dos Municípios situados nos ~~Eixo~~Pólos de Desenvolvimento de Carajás e da Sociedade Civil. ~~e de representantes da sociedade civil.~~

Além disso, ~~a Proposição também a proposição e Projeto~~ autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Carajás~~da BR-319~~ no Estado do Amazonas~~94s~~ BR-324 e BR-116, ~~oao~~ ~~qualque~~ compete, ouvidos os órgãos competentes, estabelecerá, ~~—~~, mediante convênio, normas, critérios e procedimentos relativos às ações conjuntas de caráter federal e aquelas de responsabilidade de entes federais previstas na ~~proposições~~ ~~Eixos~~ de Desenvolvimento.

~~Além disso, d~~Deverão ser implantados pelos ~~Eixo~~Pólos de Desenvolvimento de Carajás ~~das BR-319~~ BR-324 e BR-116 os seguintes incentivos:

I – igualdade de tarifas, fretes e seguros, e outros itens de custos e preços de responsabilidade do ~~P~~poder ~~P~~público, na forma do art. 43, § 2º, inciso I, da Constituição Federal;

-II – linhas de crédito especiais para o financiamento das atividades prioritárias;

-III – subsídios, remissões, isenções, reduções, diferimento temporário de tributos federais, devidos por pessoas físicas ou jurídicas, ou outros incentivos fiscais concedidos para o fomento de atividades produtivas;

-IV – outros benefícios com tratamento fiscal diferenciado.

Para ~~ins-deo~~ cumprimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, determina a Proposição que os itens II, III e IV acima deverão estar acompanhados de:

-I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de início de sua vigência e nos dois seguintes;

Formatado

Formatado

Formatado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

-II – demonstração do atendimento ao disposto ~~compatibilidade com~~ na Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

III – demonstrativo de que a renúncia de receita foi considerada na estimativa da receita na Lei Orçamentária Anual e de que não afetará as metas de resultados fiscais ~~do período, na forma dos arts. 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.~~

O referido Programa Especial deverá estabelecer formas de estímulo à ação consorciada entre as entidades federais, estaduais e municipais na área de atuação dos Eixos de Desenvolvimento da BR-324 e da BR-116.

-Por fim A Proposição, ~~ainda~~ estabelece que os programas e projetos prioritários para a região serão financiados com recursos:

-I - ~~de natureza orçamentária destinados pela União;~~ ~~pele Estado da Bahia~~ ~~Pará e pelos Municípios abrangidos~~ pelos referidos Eixos de Desenvolvimento;

~~e~~ II — de natureza orçamentária destinados pelo Estado do Amazonas ~~Pará e~~ ~~Pará e~~ Municípios abrangidos pelo Pólo de Desenvolvimento de Carajás ~~PA-279 BR-319; e~~

-III – de operações de crédito externas e internas.

Por fim, ~~fica estabelecido que a União poderá firmar convênios com o Estado da Bahia e com os Municípios abrangidos pelos Eixos de Desenvolvimento a fim de atender o disposto na Proposição.~~

A Comissão ~~da~~ Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, em reunião ordinária realizada em 05 de outubro de 2005, ~~opinou pela rejeição~~ ~~aprovação da~~ ~~aprova~~ o referido Projeto de Lei Complementar nº 168/2004, nos termos do Parecer do Relator. ~~22 de 19 de outubro de 2005.~~

Não foram apresentadas emendas nesta comissão. ~~fevereiro de 2006.~~

É o relatório.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

II – VOTO

Cabe a esta Comissão apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “*Estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira*”, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

Formatado

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007, Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 estabelece em seu artigo 126 o seguinte:

“Art. 126. — Os projetos de lei e medidas provisórias que importem ou **autorizem** diminuição da receita ou aumento de despesa da União no exercício de 2007 deverão estar acompanhados de estimativas desses efeitos, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2007 a 2009, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação.” (grifo não é do original nesse)

Formatado

Formatado

Conforme esse dispositivo, a exigência quanto à estimativa dos impactos orçamentários, bem assim a sua compensação, deve ser apresentada já no projeto de lei, não cabendo a possibilidade de postergação dessa medida. -O não cumprimento desse normativo resulta na inadequação orçamentária e financeira da Proposição.

Assim, não obstante os nobres propósitos do Projeto de Lei Complementar nº ~~312274~~168, de 2005~~54~~, entendemos que ele deve ser considerado inadequado e incompatível sob o aspecto orçamentário e financeiro.

~~Compete a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, art. 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, que “Estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”.~~

~~O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, X, h) dispõe que somente sujeitam-se ao exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira as proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da~~



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

~~despesa pública. Por sua vez, a Norma Interna desta Comissão Temática estabelece, em seu artigo 9º, que “Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não”.~~

~~A proposição em análise, apenas autoriza a criação do Pólo de Desenvolvimento do Araguaia e a instituição do Programa de Desenvolvimento Integrado do Araguaia e não concede diretamente isenções ou incentivos fiscais, os quais só poderão ser instituídos mediante lei específica, como exige o § 6º, do Art. 150, da Constituição Federal, não resultando, portanto, a sua aprovação em renúncia de receitas da União. Também, não decorre de sua aprovação a concessão direta de outros benefícios ou despesas para a governo federal, as quais só poderão ocorrer quando houver previsão para tal fim nos orçamentos da União. Com isso, o Projeto em exame não implica aumento ou diminuição da receita ou da despesa do governo.~~

~~Diante do exposto, somos pela não implicação da matéria em aumento ou redução da receita ou da despesa pública, não cabendo afirmar se o Projeto de Lei Complementar nº 158, de 2004 é adequado ou não, conforme o Art. 9º da Norma Interna desta Comissão.~~

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 20067.

~~Deputado Fábio Ramalho~~**Pedro Novais**VIGNATTI**Deputado PEDRO NOVAIS**

Relator

PARECER

▲



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

~~PROJETO DE LEI Nº 1.105, de 1999~~~~1.031, de 1999~~~~120-A-A, de 1999, que dispõe sobre dedução, no cálculo do imposto de renda da pessoa física, do valor pago a título de vale-transporte a empregado doméstico~~~~que “Dispõe sobre Cria a Área de livre comércio no Município de Guaíra, no Estado do Paraná, e dá outras providências~~~~a tributação federal do jogo de Bingo e dá outras providências”.~~

Formatado

2.417, DE 1989, que dispõe sobre a concessão de benefício fiscal a pessoas jurídicas, nas condições que menciona.

~~AUTORA: Deputadas~~ ~~RITA CAMATA~~~~PAULO ROCHA~~~~POMPEO DE MATTOS~~~~RUBENS BUENO E OSMAR SERRAGLIO~~

~~RELATOR: Deputado~~ ~~ROBERTO~~ ~~BRANT~~~~MANOEL SALVIANO~~~~MARCOS CINTRA~~~~ROBERTO~~ ~~BRANT~~~~ARMANDO MONTEIRO NETO~~

1. RELATÓRIO

~~O p~~~~Projeto nº 2.417/89~~~~1.105/99~~ ~~1.031, de Lei nº 120-A, de 1999, determina a criação da área de livre comércio no município de Guaíra, no Estado do Paraná, tendo por finalidade básica a promoção do desenvolvimento econômico e social do Município e das regiões vizinhas. O mecanismo utilizado é a suspensão e posterior isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, nos casos especificados no projeto de lei. 1999.~~

Formatado

Formatado

~~Apreciado o referido Projeto de Lei pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, foi o mesmo~~~~rejeitado, conforme Parecer da Comissão, de 24 de novembro de 1999. A Proposição foi desarquivada na presente legislatura, a requerimento do Nobre deputado Osmar Serraglio, sendo posteriormente enviada à apreciação~~

Formatado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

~~desta Comissão Temática, cuja relatoria coube, por designação da presidência da Comissão, ao Deputado Armando Monteiro. Não foram apresentadas emendas à Proposição no prazo regimental.~~

~~Enviada a referida proposição a esta Comissão de Finanças e Tributação, não foram apresentadas emendas.~~

~~estabelece, em suma, que o jogo do bingo ficará sujeito a tributação federal única, pelo imposto sobre a venda de cartelas, por esse projeto instituído.~~

~~Enviado o referido projeto de lei à deliberação desta Comissão de Finanças e Tributação, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.~~

~~estabelece a faculdade de a pessoa física deduzir, da base de cálculo do imposto de renda, o valor pago a empregado doméstico, a título de vale transporte, impondo, entretanto, a restrição de que a referida dedução não poderá reduzir o imposto devido em mais de 3% de seu valor, que as pessoas jurídicas que contarem com mais de 50 empregados poderão abater de seu lucro operacional, para fins de imposto de renda, até 30% do montante de salários pagos, no ano-base, a empregados do sexo feminino, sempre que aplicarem, no mínimo, 50% do valor abatido em treinamento e qualificação da mão-de-obra por elas empregada. O art. 3º do projeto determina que a lei dele derivada produzirá efeitos financeiros a partir do exercício financeiro subsequente ao da sua publicação.~~

~~O projeto foi originalmente apresentado em 1989 e em 29 de novembro daquele ano a Comissão de Constituição e Justiça e redação opinou pela sua constitucionalidade, jureicidade e técnica legislativa. Em 19 de junho de 1991 a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público também opinou pela aprovação, com uma emenda que basicamente coloca limite àquele abatimento. Desarquivado na atual legislatura, nos termos do par. único do art. 105 do Regimento~~

Formatado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

~~Interno desta Casa, vem o projeto agora ao exame desta Comissão de Finanças e Tributação.~~

~~É o relatório.~~

~~2. VOTO~~

~~Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, e o orçamento anual e normas pertinentes à receita e despesa públicas, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, IX, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.~~

~~O referido Projeto de Lei, ao criar a área de livre comércio, estabelece, por conseguinte, um regime fiscal especial, consistindo na suspensão e posterior isenção do IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados e do II — Imposto sobre Importações, sob condições específicas determinadas no artigo 4º: a) Consumo e vendas internas na área de livre comércio; b) Beneficiamento, em seu território, de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal; c) Agropecuária e piscicultura; d) Instalação e operação de serviços de turismo ou de qualquer natureza; e) Estocagem para comercialização no mercado externo; f) Industrialização de produtos em seu território. Além disso, as referidas isenções serão concedidas em relação a mercadorias que deixarem a área de livre comércio como: a) bagagem acompanhada de viajantes; e b) remessas postais para o restante do País, respeitadas as normas reguladoras.~~

Formatado

Formatado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

~~Tendo em vista as isenções tributárias previstas pela proposição sob análise, vemos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003, (Lei 10.524, de 25 de julho de 2002), em seu artigo 84, condiciona a aprovação de lei que trate de renúncia de receita tributária ao cumprimento do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal: LDO em seu art. 66 determina em tal caso o cumprimento das exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal. O referido artigo da Lei Complementar determina que:~~

~~“Art. 84. O projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101, de 2000.”~~

~~O artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.00), por seu turno, determina que:~~

~~“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:~~

~~I — demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;~~

~~II — estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;~~

~~§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.~~

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

”
~~Apesar da previsão de tais isenções fiscais no Projeto de Lei,~~
~~observamos que “A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício~~
~~de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar~~
~~acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no~~
~~exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes,~~
~~atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos~~
~~uma das seguintes condições:~~

~~I — demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada~~
~~na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de~~
~~que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo~~
~~próprio da lei de diretrizes orçamentárias;~~

~~II — estar acompanhada de medidas de compensação, no período~~
~~mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da~~
~~elevação alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou~~
~~criação de tributo ou contribuição.”~~

~~Assim, no § 3, inciso I, a citada Lei Complementar excepciona da~~
~~aplicação das medidas acima elencadas tão somente as medidas que~~
~~alterem alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, VI e V da~~
~~Constituição Federal. Dessa forma, entendemos que são aplicáveis ao~~
~~projeto de lei em epígrafe as exigências previstas no art. 14 da Lei de~~
~~Responsabilidade Fiscal, visto que a proposição em tela cria isenções~~
~~para o Imposto sobre a Importação e o Imposto sobre Produtos~~
~~Industrializados, tendo alcance bem maior do que a simples alteração~~
~~de alíquotas dos referidos tributos.~~

~~Destarte, vemos que a proposição sob análise não se fez acompanhar~~
~~da estimativa da renúncia de receita para o exercício vigente e os dois~~
~~subseqüentes, da apresentação das medidas de compensação ou da~~
~~comprovação de que a renúncia já está computada na lei orçamentária~~
~~e não afetará as metas fiscais da comprovação de que a renúncia de~~
~~receita está estimada na lei orçamentária, nem tampouco das medidas~~
~~de compensação e da estimativa do impacto orçamentário financeiro~~
~~decorrentes de sua implementação. Por essa razão entendemos que o~~

Formatado

Formatado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

~~Projeto de Lei é inadequado e incompatível sob a ótica orçamentária e financeira, não obstante os nobres propósitos norteadores de sua elaboração.~~

Formatado

~~Dessa forma, fica também prejudicado o exame quanto ao mérito, na Comissão de Finanças e Tributação, em acordo com o disposto no art. 10 da Norma Interna CFT, supra mencionada.~~

~~“Art. 10. Nos casos em que couber também à Comissão o exame do mérito da proposição, e for constatada a sua incompatibilidade ou inadequação, o mérito não será examinado pelo Relator, que registrará o fato em seu voto.”~~

~~O artigo 59 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999 (Lei nº 9.692, de 27.07.98), bem como o artigo 68 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000 (Lei nº 9.811, de 28.07.99), determina que:~~

~~“... Não será aprovado projeto de lei ou editada medida provisória que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem a prévia estimativa de renúncia de receita correspondente, devendo o Poder Executivo, quando solicitado pelo órgão deliberativo do Poder Legislativo, efetuar a no prazo máximo de 90 (noventa) dias.~~

Formatado

~~§ 1º Caso o dispositivo legal sancionado tenha impacto financeiro no mesmo exercício, o Poder Executivo providenciará a anulação das despesas em valores equivalentes.~~

~~§ 2º VETADO.~~

~~§ 3º A lei ou medida provisória mencionada neste artigo somente entrará em vigor após o cancelamento de despesas em idêntico valor.”~~

~~Analisando a proposição em tela, verificamos que, em suma, pretende-se a substituição da atual estrutura de tributação incidente sobre a~~



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

~~atividade do bingo, incluindo imposto de renda e contribuição sobre
concurso de prognósticos,ões pela incidência de um único imposto,
que incidiria sobre a venda de cartelas. Na justificação do O projeto de
lei sob análise não Inicialmente, caberia que por u
se encontra estimada o resultado líquido entre ganhos e perdas que se
efetuariam com a sua aprovação, fato esse que contraria o disposto no
citado artigo da Lei nº 9.811/90, LDO 2000Lei de Diretrizes
Orçamentárias para 2000.~~

~~Inicialmente, destaca-se que a legislação do imposto de renda vigente
já permite a dedução integral das despesas de pessoal como despesas
operacionais na apuração do lucro real. O projeto de lei em tela,
embora não deixe claro em seu texto, procura permitir um incentivo
para a ampliação dos postos de trabalho oferecidos pela pessoas
jurídicas, variando tal incentivo de 12% a 20% do salário bruto pago,
podendo os percentuais serem dobrados caso o aumento das vagas
decorra de redução da jornada de trabalho. Assim, verifica-se que o
projeto de lei sob exame não foi acompanhado de estimativa da perda
de receita pública que ocorreria caso o mesmo fosse aprovado, o que
contraria o disposto no artigo 68 da:~~

~~Além disso, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de
Responsabilidade Fiscal), que trata de normas de finanças públicas
voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece em seu
artigo 14 que:~~

~~“A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza
tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar
acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no
exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes,
atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos
uma das seguintes condições:~~

~~I— demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada
na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de~~

Formatado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

~~que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;~~

~~II — estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”~~

~~Analisando o projeto de lei em tela, vemos que o mesmo não apresenta o requisitos exigidos pela lei de responsabilidade fiscal, já que se trata de criação de incentivo de natureza tributária que gera renúncia de receita, sem que tenha sido realizada a estimativa do seu impacto orçamentário financeiro e, também, sem a indicação das medidas de compensação.~~

~~Portanto, não obstante o caráter meritório do projeto de lei, não pode o mesmo ser considerado adequado ou compatível, sob a ótica orçamentária e financeira.~~

~~Examinando a proposição em tela e sua emenda verificamos que ela não indica a estimativa da perda de receita pública que se efetuará com sua aprovação. Portanto, não pode ser considerada adequada ou compatível, sob os aspectos orçamentário e financeiro, malgrado os nobres propósitos que orientaram a sua elaboração.~~

~~Dessa forma, fica também prejudicado o exame quanto ao mérito, na Comissão de Finanças e Tributação, em acordo com o disposto no art. 10 da Norma Interna — CFT, *supra* mencionada:~~

~~“Art. 10. Nos casos em que couber também à Comissão o exame do mérito da proposição, e for constatada a sua incompatibilidade ou inadequação, o mérito não será examinado pelo Relator, que registrará o fato em seu voto.”~~

~~Da mesma forma versa ainda que:~~



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

~~Art. 2º...~~

~~§ 2º A previsão de vigência em exercício futuro de norma que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira não sana eventual incompatibilidade ou inadequação orçamentária e financeira da proposição em exame.~~

Esta Comissão poderia, valendo-se da parte final do *caput* do art. 59 da LDO/99, bem como do art. 68 da LDO/2000, se assim julgar conveniente e antes de votar o presente parecer, solicitar ao Poder Executivo a estimativa de renúncia de receita implícita no projeto em tela.

~~Pelo exposto, voto pela incompatibilidade e pela incompatibilidade e inadequação inadequação orçamentária e financeira do pProjeto de Lei nº 120-A. Anº VOTO PELA INCOMPATIBILIDADE E PELA INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROJETO DE LEI Nº 2.417, de 1989 1.280 A, de 1999, de 1999, por contrariar o art. 68 da LDO 2000 e o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como da emenda a ele apresentada na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.~~
~~BEM COMO DA EMENDA A ELE APRESENTADA NA COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público.~~

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 1999 20030.1.

Deputado ~~ROBERTO BRANT~~ ARMANDO MONTEIRO
ROBERTO BRANT MARCOS CINTRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

~~Relator~~